

III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

BNCC NOS ANOS INICIAIS

Joseane Moraes dos Santos¹
Kamylla de Oliveira Pimentel²
Roza Maria Soares Da Silva³

Resumo: Este artigo discute a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos anos iniciais do Ensino Fundamental, destacando suas diretrizes, objetivos formativos e os impactos na prática pedagógica. A BNCC, homologada em 2017, representa um marco regulatório da educação brasileira ao definir os direitos de aprendizagem e as competências essenciais a serem desenvolvidas pelos estudantes. Organizada por componentes curriculares e habilidades progressivas, a BNCC orienta o planejamento docente, a reorganização curricular e os processos avaliativos, especialmente nas turmas do 1º ao 5º ano. A pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico e documental, fundamentado em autores como Sacristán, Libâneo e Lopes, além dos documentos oficiais da educação básica. Os resultados indicam que a BNCC contribui para a padronização curricular e para a equidade educacional, mas sua implementação ainda enfrenta desafios, como falta de recursos, formação docente insuficiente e dificuldades na transposição das habilidades para práticas efetivamente significativas.

Palavras-chave: Reorganização Curricular, Práticas Pedagógicas e BNCC.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar a BNCC nos anos iniciais, discutindo sua estrutura, seus princípios, a relação com outras políticas educacionais e os desafios enfrentados pelos professores na sua implementação cotidiana. O tema se justifica pela necessidade de compreender as mudanças que a BNCC traz para o trabalho docente e para a organização do ensino. O desenvolvimento da Educação Básica no Brasil e no mundo se prepara para as novas tecnologias e o desejo de inovar a fim de orientar o ensino em nível nacional.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina, do Maranhão (UEMASUL), Imperatriz josiane@uemasul.edu.br

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Imperatriz kamylla.pimentel@uemasul.edu.br

³ Doutora, Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, roza.silva@uemasul.edu.br



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

1 Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina, do Maranhão (UEMASUL), Imperatriz josiane@uemasul.edu.br

2 Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Imperatriz kamylla.pimentel@uemasul.edu.br



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

Sendo assim a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é um documento que norteia o currículo dos programas e redes educacionais das Unidades da Federação, e as propostas de ensino das escolas públicas e privadas de Educação Básica, em todo o país conforme a Lei nº 9.394/96 da LBD. Aprovada em 20/12/2017, a BNCC definiu dez habilidades comuns que devem ser utilizadas por instituições públicas e privadas e incluídas no currículo a partir de 2019.

A BNCC foi legalizada nos termos da Lei nº. 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação - PNE, e seu esclarecimento ocorrem com a participação do estado, da região federal e do município, em participação com a comunidade educativa e a população. Com base nisto, A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tornou-se um dos principais documentos orientadores da educação brasileira, estabelecendo aprendizagens essenciais para todos os estudantes da Educação Básica.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sua implementação exige reorganização curricular, reformulação de práticas pedagógicas e novas formas de avaliar o desenvolvimento dos estudantes. Ao delimitar direitos de aprendizagem e competências, a BNCC busca garantir equidade e padronização nacional dos conteúdos, reduzindo lacunas históricas entre redes de ensino. Nos anos iniciais, o documento possui relevância ainda maior, pois se articula diretamente com a alfabetização, o letramento, o desenvolvimento lógico e a formação integral da criança.

METODOLOGIA

O estudo se caracterizou com o objetivo de analisar as contribuições da Base Nacional Comum Curricular, na proposta curricular da educação básica nos anos iniciais. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, realizada por meio da análise de autores da área de currículo e políticas educacionais, como Sacristán, Libâneo e Lopes. A pesquisa qualitativa buscou compreender, de forma interpretativa, as orientações da BNCC e seus impactos nos anos iniciais, relacionando teoria, política e prática pedagógica.



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A BNCC impactou diretamente o trabalho docente, exigindo reorganização do planejamento anual, reformulação dos projetos pedagógicos e alinhamento das avaliações às habilidades descritas no documento. Na prática, muitos professores passaram a registrar suas ações pedagógicas em plataformas digitais e a acompanhar o desenvolvimento dos estudantes por meio de avaliações contínuas, descritas em relatórios bimestrais. Apesar dos avanços, ainda há dificuldades, como: Falta de formação continuada sobre interpretação das habilidades; sobrecarga de planejamento; falta de materiais didáticos adequados; distanciamento entre a teoria da BNCC e a realidade das salas de aula.

Para Alice Lopes (2018, p. 41-44).

“(…), qualquer política curricular precisa considerar as condições reais das escolas para que não se torne um discurso distante da prática.”

Entre os principais desafios identificados na implementação da BNCC nos anos iniciais estão a infraestrutura insuficiente, que limita práticas pedagógicas inovadoras; a formação docente desigual, dificultando a compreensão das competências previstas; a exigência de registros extensos, que amplia a carga de trabalho; e a ausência de recursos pedagógicos, levando muitos professores a financiar materiais com recursos próprios. Soma-se a isso a pressão por resultados nas avaliações externas, que, em alguns contextos, reduz o currículo e restringe o trabalho pedagógico.

Esses fatores evidenciam que políticas educacionais só se concretizam quando acompanhadas de investimentos e apoio institucional adequado. Nesse sentido, Sacristán (2000) afirma que um currículo só se realiza na prática quando é interpretado e vivenciado pelos professores, indicando que a BNCC não deve ser entendida como um manual pronto, mas como uma referência que demanda mediação pedagógica crítica. De forma complementar, Libâneo (2012) destaca que políticas curriculares ganham sentido apenas quando articuladas às



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

condições reais das escolas e ao trabalho docente, influenciado por fatores estruturais, sociais e institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A BNCC representa um marco para a educação brasileira ao estabelecer um conjunto comum de aprendizagens essenciais, contribuindo para a equidade e a coerência curricular entre as redes de ensino. Nos anos iniciais, seu impacto é ainda mais significativo, pois orienta diretamente processos de alfabetização, letramento e desenvolvimento cognitivo.

Entretanto, sua implementação enfrenta desafios que exigem políticas complementares, como formação continuada, melhoria da infraestrutura das escolas e valorização docente. Dessa forma, conclui-se que a BNCC possui potencial para transformar a educação básica, mas sua efetivação depende de apoio institucional e de práticas pedagógicas que respeitem as necessidades reais das crianças e dos professores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2012.

LOPES, Alice C. **Apostando na Produção Contextual no Currículo**. In: AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. (Org.). *A BNCC na contramão do PNE 2014–2024*. Recife: ANPAE, 2018.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

